

# Cada brasileiro já deve US\$ 765

Sem contar os US\$ 700 milhões que pagaremos a mais por causa do recente aumento de 1% na taxa preferencial americana, ao final deste ano cada brasileiro estará devendo no exterior no mínimo 765 dólares, pelos cálculos oficiais: a dívida externa de US\$ 91,16 bilhões em dezembro do ano passado terá subido em doze meses US\$ 9,28 bilhões, para fechar 1984 em pelo menos US\$ 100,4 bilhões, de acordo com o "programa de ajustamento" combinado com os credores e com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Aproximadamente 80% deste débito está contratado com base em taxas flutuantes de juros, que acompanham a libor (taxa interbancária de Londres) de seis meses - por sua vez determinada pela prime rate (taxa preferencial que os grandes bancos americanos cobram de seus melhores clientes), pela intercomunicação do mercado mundial de dólares. Isto quer dizer que a dívida aumenta a cada vez que os bancos americanos resolvem pagar um pouco mais pelos depósitos a prazo de seus clientes.

Mais do que isso: de acordo com a tese do professor de Contabilidade da USP, Stephen Kanitz, a dívida do Terceiro Mundo para com os bancos americanos está montada em cima de um artifício que contabiliza embute a inflação dos Estados Unidos (ou a "correção monetária" de lá) nos juros devidos - e não, como seria o normal, no principal. Se o BNH adotasse aqui este artifício, o mutuário que toma Cr\$ 30 milhões emprestados iria pagar, no primeiro ano, Cr\$ 60 milhões só de juros segundo Kanitz.

O simples exame dos números da dívida brasileira é suficiente para ver que estamos pagando muito mais do que devemos: somados os pagamentos líquidos de juros (US\$ 31,6 bilhões) com as amortizações do principal (US\$ 26 bilhões) de 1982, 83 e previsões oficiais de 84, o Brasil terá pago em três anos US\$ 57,5 bilhões, que representam um serviço da dívida equivalente a mais da metade do total devido em dezembro próximo. E nestes três anos não entrou nenhum empréstimo dos ban-

cos estrangeiros para investimento em obras e projetos, mas apenas dois jumbos (US\$ 10,7 bilhões) para completar o pagamento de juros externos.

O restante dos juros neste período foi pago basicamente com os enormes saldos entre as exportações e importações (US\$ 16,3 bilhões líquidos em três anos, pelas estimativas do Banco Central). No mesmo período as amortizações devidas anualmente por conta da dívida foram renegociadas dentro dos chamados Projetos 2 (US\$ 4,95 bilhões na "fase I" e US\$ 6,25 bilhões na "fase II" atual, incluindo débitos para com o Clube de Paris) ou pagas (US\$ 12,4 bilhões em três anos).

Estes números incluem os US\$ 6,5 bilhões do atual empréstimo-jumbo da "fase II", do qual só entrou até agora US\$ 3 bilhões. Este dinheiro, somado a US\$ 400 milhões da parcela do crédito do FMI no primeiro trimestre, foi utilizado para pagar o principal e os juros atrasados no exterior desde agosto do ano passado (cerca de US\$ 2,4 bilhões pelas contas oficiais) e para formar uma reserva de caixa que, somando outras em tradas decorrentes de exportações à vista, estaria em torno de US\$ 1,6 bilhão - sem contar os juros capitalizados (juros sobre juros) referentes aos atrasos, que serão pagos até o próximo dia 23, e poderiam estar acima de US\$ 1 bilhão.

Na próxima semana entra a parcela trimestral do jumbo, de US\$ 875 milhões, e depois o Banco Central deve manter uma posição de caixa que chegaria a mais de US\$ 1 bilhão no final do ano - isto é, se não acontecessem imprevistos como a elevação dos juros externos, ou eventuais alterações nos preços do petróleo, ao lado do aumento no protecionismo etc. O restante do jumbo pingará em parcelas trimestrais, sempre após a liberação da tranche do FMI que, por sua vez, depende do cumprimento das metas da Carta de Intenções. Quanto aos pagamentos, sobre cada novo atraso que houver vamos pagar juros, taxas etc.

Somente este ano o país pagará no mínimo US\$ 11

bilhões de juros, se não ocorrerem novas altas na prime e na libor, embora o "programa de ajustamento" conte com pagamentos de US\$ 10,6 bilhões líquidos (se a média da Libor de seis meses ficasse em 10,5%). Além disso, estamos rolando com os bancos e com os governos dos países industrializados quase US\$ 8 bilhões relativos às amortizações do principal devido em 1984 - ou seja, o serviço da dívida chegará a uns US\$ 19 bilhões, incluindo a pequena parcela de amortizações que será paga (US\$ 1,7 bilhão).

Todo o dinheiro obtido com as exportações, após o pagamento das importações (estimadas inicialmente em US\$ 15,5 bilhões este ano), e ainda o novo empréstimo-jumbo, mais os empréstimos de nove anos de prazo feitos para rolar as amortizações e dívida dos bancos brasileiros no exterior, somadas aos créditos comerciais de curto prazo tudo isso para pagar US\$ 11 bilhões de juros e ainda aumentar a dívida externa bruta em US\$ 9,28 bilhões até dezembro, sem que o desenvolvimento de atividades produtivas tenha sido beneficiado diretamente com novos investimentos.

Se em um ano o Brasil investisse hipoteticamente aqui dentro o serviço da dívida externa mais o superávit de US\$ 9,1 bilhões esperado em 1984, poderia construir outra Itaipu, outra Tucurui, uma nova Ferrovia do Aço, outra Acominas e ainda um segundo Projeto Carajás - só para se ter ideia do que estamos deixando de realizar para honrar uma dívida cujo saldo foi elevado de US\$ 50 bilhões em 1979 para mais de US\$ 91,1 bilhões em 1983, por causa dos juros. Se acontecer a "catástrofe" temida pelo ministro Ernesto Galvães, e a taxa internacional voltar ao pique de 20% registrada em 1981, não adiantará o atual sacrifício do desenvolvimento interno para gerar excessivos exportáveis, simbolicamente porque será inteiramente impossível continuar honrando os compromissos sem renegociar também a parcela dos ju-